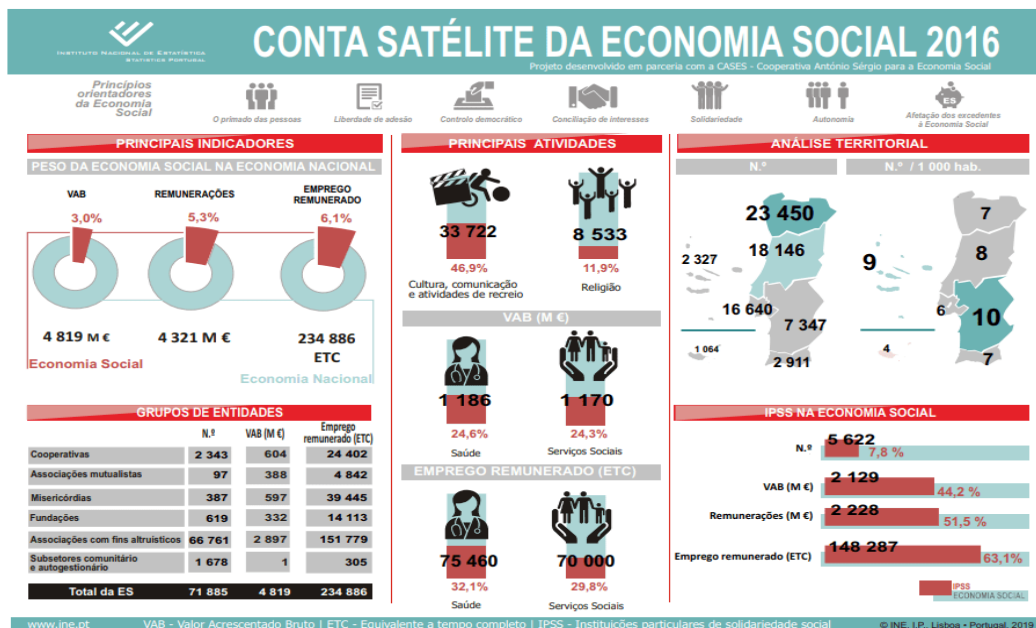


**APM**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE MUTUALIDADES

NEWSLETTER

NÚMERO 44 - AGOSTO 2019

3ª EDIÇÃO DA CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL REGISTA AUMENTO DE VAB DE 14,6%



1|
3ª Edição da Conta Satélite da Economia Social

2|
DESTAQUES LEGISLATIVOS
Alterações Legislativas do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário

2|
ATUALIDADES
Compromisso de Cooperação Biénio 2019-2020

3|
BARÓMETRO SOCIAL
Custo Médio Real das Respostas Sociais

3|
AGENDA

3|
A SABER
Consumo de Psicofármacos

4|
REDEMUT
ASM Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso

APM-RedeMut - Associação Portuguesa de Mutualidades

Rua Júlio Dinis, 158/160 - 8º
4050-318 Porto
T: +351 220 004 510
geral@apmredemut.pt
<http://www.apmredemut.pt>

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) divulgaram no passado dia 19 de julho, os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), relativa ao ano 2016.

Recorde-se que a CSES foi elaborada no âmbito do Protocolo de cooperação assinado em 2011 entre o INE e a CASES com o objetivo de nos fornecer informação estatística mais detalhada que pudesse demonstrar a relevância e o peso do setor cooperativo e social na Economia Nacional e na sociedade portuguesa.

Os números falam por si, este é um setor que engloba uma multiplicidade de organizações (cerca de 72 mil entidades) e em 2016 geraram 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período.

A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente).

Numa análise por grupos de Entidades da Economia Social, as Mutualidades, onde se inserem as Associações Mutualistas filiadas na APM-Associação

Portuguesa de Mutualidades, foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por emprego remunerado (ETC) e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos. Ou seja, as Mutualidades representam cerca de 8% no VAB total e têm um peso de 2% no valor do ETC, apesar de serem apenas 97 entidades num universo de 71.885 que constituem a totalidade da Economia Social.

Na categoria das IPSS, verificamos que as Mutualidades, que por si só representam 1,7%, contribuem com 18,5% para o VAB total e com 9,5% do total do ETC.

Estes dados só vêm comprovar, mais uma vez, o peso, a grandeza e a eficiência das Mutualidades na esfera da Economia Social, não só como agente promotor dos fins mutualistas de proteção social, mas como parceiro do Estado, cooperando na prossecução de fins comuns, que visam a solidariedade e a coesão social.



DESTAQUES LEGISLATIVOS



ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS QUE OCORRERAM EM VIRTUDE DA ASSINATURA DO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO

[Portaria n.º 218-C/2019 - DR n.º 133/2019, 1.º Suplemento, Série I de 2019-07-15](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à segunda alteração à Portaria n.º 31/2014, de 5 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 295/2016, de 28 de novembro, que estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS), bem como a respetiva política de investimento, e define as condições de acesso ao FRSS, os termos e as condições da concessão do apoio financeiro e a forma de reembolso

[Portaria n.º 218-D/2019 - DR n.º 133/2019, 1.º Suplemento, Série I de 2019-07-15](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, que define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, para o desenvolvimento de respostas sociais, em conformidade com o subsistema de ação social

[Despacho n.º 6658-B/2019 - DR n.º 140/2019, 1.º Suplemento, Série II de 2019-07-24](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Ministro

Despacho que aprova o aviso de abertura de candidaturas ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)

ATUALIDADES

RENOVADO O COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO

Foi assinado, no passado dia 11 de julho, o novo [compromisso de cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2019-2020](#), numa cerimónia marcada pela ausência da **APM-RedeMut-Associação Portuguesa de Mutualidades** que, apesar de representar cerca de 80% de todo o movimento mutualista português (cerca de 800.000 associados), pelo 3.º ano consecutivo, voltou a não ser convidada a participar na elaboração do compromisso de cooperação, não obstante as diversas solicitações para integrar a Comissão Permanente para o Setor Social onde se negocia este instrumento de política pública com os demais representantes das instituições do setor social e solidário.

Este compromisso engloba várias áreas estratégicas de atuação da Economia Social, com destaque para a Segurança Social, a Saúde e a Educação/Formação Profissional, salientando-se da atual revisão os seguintes aspetos:

Na área da segurança social:

- A **atualização em 3,5%** da comparticipação financeira da segurança social relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais com acordo de cooperação, típico ou atípico, com efeitos retroativos a janeiro de 2019;
- **Simplificação do procedimento de revisão** do acordo de cooperação, que passa a ser feito por adenda quando se trate de atualização da capacidade ou de número de utentes;
- **Alteração significativa das regras da variação da frequência de utentes**, que passa a ser feita com referência ao período de seis meses, aplicáveis, também, ao pré-escolar e ao CATL, com a ressalva de que a revisão em baixa só pode ter efeitos em setembro;
- **O compromisso de abertura de concurso para novos acordos** de cooperação no âmbito do PROCOOP, que já se materializou com a publicação do despacho n.º 6658-B/2019, no Diário da República, 2.ª série, de 24 de julho de 2019, para as respostas de Creche, ERPI, Centro de Dia, Centro de Atividades Ocupacionais e Lar residencial;
- **Transformação**, até 2020, dos acordos atípicos em típicos, sempre que se refiram a respostas sociais tipificadas.

Na área da saúde:

- Será retomado o grupo de trabalho interministerial (MS+MTSSS) para **avaliar**, com vista ao alargamento, **os projetos piloto de cuidados pediátricos e de saúde mental** prestados no âmbito da rede de cuidados continuados integrados;

- A referenciação no âmbito da RNCCI, para efeitos de descanso do cuidador informal.

Na Educação/Formação:

- Lançamento do programa **Qualifica Social**, para a qualificação dos dirigentes e trabalhadores das instituições do setor social, bem como os seus utentes e famílias;
- Financiamento para a promoção da rede solidária de educação pré-escolar.



BARÓMETRO SOCIAL... “CUSTO MÉDIO REAL DAS RESPOSTAS SOCIAIS”

COMPARTICIPAÇÃO DO ESTADO MUITO AQUÉM DOS CUSTOS MÉDIOS REAIS ESTUDO REVELA QUE 3,5% DE AUMENTO NA COMPARTICIPAÇÃO É INSUFICIENTE

O aumento de 3,5% na comparticipação financeira da segurança social relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais trata-se do maior aumento da comparticipação financeira no âmbito da cooperação com as instituições do setor social e solidário desde 2009, o que, para o Governo, demonstra um grande empenho na promoção da parceria com o terceiro setor. Para este efeito, reforçou em 90 milhões de euros (aumento de 6,5% face a 2016) a dotação para as despesas com a cooperação.

No entanto, segundo um estudo efetuado pela Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em 2018, apurou-se que o custo médio real das respostas sociais é muito superior à comparticipação do Estado, conforme o quadro ao lado.

Neste sentido, o novo compromisso estabelece a reativação, no seio da Comissão Nacional de Cooperação, do Grupo de Trabalho para estudo e definição prospetiva dos custos técnicos das respostas sociais e proposta de um modelo de financiamento correspondente à estrutura de custos reais, considerando uma estrutura de custos estudados como adequados para o bom funcionamento das respostas sociais, incluindo uma avaliação de impactos na estrutura de custos desta resposta, derivados da frequência de utentes diagnosticados com demência.

Resposta Social	Custo médio real utente/mês 2017 apurado	Comparticipação Compromisso Cooperação 2017	% Comparticipação SS no custo médio real apresentado
Creche	403,78 €	258,91 €	64%
Creche Familiar - até 4 crianças	313,48 €	217,55 €	69%
CATL Funcionamento clássico sem almoço	202,20 €	66,77 €	33%
CATL Funcionamento clássico com almoço	242,75 €	83,27 €	34%
CATL Extensão de horário e interrupções letivas sem almoço	177,38 €	44,35 €	25%
CATL Extensão de horário e interrupções letivas com almoço	204,12 €	69,78 €	34%
Lar de infância e juventude (LIJ)	1 440,84 €	700,00 €	49%
Centro de atividades ocupacionais (CAO)	633,27 €	509,21 €	80%
Lar residencial	1 243,45 €	1 004,92 €	81%
Estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI)	1 080,58 €	374,91 €	35%
Centro de dia - dias úteis	440,52 €	110,71 €	25%
Centro de convívio	122,81 €	53,86 €	44%
Serviço de apoio domiciliário (SAD) - dias úteis	446,53 €	254,90 €	57%
Centro de noite	471,48 €	268,18 €	57%
Centro de apoio à vida - atendimento e acolhimento	863,00 €	530,47 €	61%



18th European Congress of INTERNAL MEDICINE
29-31 August, 2019
Lisbon
President of ECIIM 2019: Luis Campos, Lisbon, Portugal
ECIIM President: Nicola Montano, Milan, Italy
Innovation in Health Care: New Opportunities for Internal Medicine
First Announcement
www.efim.org/ecim2019



AGENDA
I Congresso Internacional de ACESSOS VASCULARES
Coimbra | Portugal
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
26 e 27 setembro 2019



19th WPA World Congress of Psychiatry
21-24 August 2019
Lisbon, Portugal
Psychiatry and Mental Health: Global Inspirations, Locally Relevant Action



ESNM
European Society of Neurogastroenterology & Motility
NeuroGASTRO 2019
Biennial Meeting of the European Society of Neurogastroenterology and Motility

A SABER

PORTUGAL LIDERA NO CONSUMO DE PSICOFÁRMACOS

O relatório anual do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) alerta para o facto dos médicos estarem a receitar demasiados medicamentos para a saúde mental, estando Portugal na terceira posição da lista dos países desenvolvidos da OCDE.

“Ao associar estes dados à ampla prescrição de antidepressores e ansiolíticos, às elevadas taxas de polimedicação e à prescrição de medicamentos potencialmente inapropriados, principalmente na população idosa, verifica-se um problema grave em termos de adequação da terapêutica prescrita aos doentes com doença mental”, indica o relatório.

Na venda dos ansiolíticos, estamos em 1.º lugar, já nos hipnóticos e sedativos, surgimos na 7.ª posição, mesmo assim, acima da média.

O relatório mostra elevados níveis de prescrição de sedativos,

hipnóticos e ansiolíticos, especialmente em idosos, a somar a medicamentos “para distúrbios de ansiedade e de sono, embora sejam conhecidos os riscos de reações adversas, nomeadamente confusão, fadiga e vertigens”, num “risco adicional de quedas, acidentes e overdose, bem como de casos de tolerabilidade e dependência, pseudo-demência e diminuição cognitiva”.

“Portugal é não só o segundo país com mais idosos a tomar benzodiazepinas, (139 idosos em cada 1000), mas também onde mais de 60% destes idosos tomam benzodiazepinas de ação prolongada”, refere o documento.

O relatório sublinha ainda que os “estudos apontam que 59,2% dos idosos se encontram polimedicados e 37% tomam medicação potencialmente inapropriada”.

Fonte: netfarma



A NOSSA REDE DE SAÚDE MUTUALISTA

DISPONIBILIZA UM VASTO CONJUNTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE BEM-ESTAR COMPLEMENTAR DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Nova associada da APM-RedeMut—ASM Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso

A APM-RedeMut dá as boas vindas à sua nova Associada, “ASM Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso”, uma Associação com mais de um século de história, fundada em 1899, e que celebra, em novembro próximo, 120 anos de existência, sempre ao serviço do mutualismo.

O seu percurso marcou uma época, o final do século XIX, em que o subsídio funerário às famílias mais carenciadas era o apoio social prestado mais valorizado.

Com o passar dos anos a Associação foi crescendo, aumentando o seu leque de serviços, passando a disponibilizar às populações outras respostas onde se verificou existir maiores necessidades, tais como assistência médica, apoio económico e serviços sociais.

Hoje, já com 13.000 associados, está presente em Pedroso e Seixezelo (edifício sede), em Canelas (Rechousa) e Avintes.

A ASM de Pedroso, além do apoio funerário, conta agora com uma rede ampliada de serviços de assistência médica, dispondo de: Clínica Geral, Consultas de especialidade (Otorrinolaringologia, Ortopedia, Pneumologia e Enfermagem) e vários protocolos que garantem aos associados consultas / serviços de valor mais acessível.

Esta Associação centenária distingue-se pelo excelente serviço público/social prestado, essencialmente nos períodos de maiores adversidades socioeconómicas das populações, assegurando sempre a prestação de serviços de qualidade, a baixo custo, complementando muitas vezes a função do Estado.

Recorde-se que na cerimónia das comemorações do 25 de Abril do corrente ano, a ASM Pedroso foi agraciada com a medalha de Honra da freguesia de Pedroso e Seixezelo, e com a medalha Classe Ouro, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.



Contactos (sede)

Morada: Rua Costa Couto, 23
4415-203 Pedroso, Portugal

Email: asmpedroso@hotmail.com

Telefone: 22 783 72 76 | 93 368 22 88